

Ele idealizou um mundo novo que viveu, transmitindo aos seus seguidores um espírito, um modo de ser, de pensar e sentir, que os franciscanos de todos os tempos têm vivido em estilos diferentes, numa pluriformidade que reflecte as virtualidades do carisma franciscano.

Das coordenadas gerais da missão histórica de S. Francisco podemos colher para a nossa orientação as seguintes observações:

S. Francisco foi um profeta do seu tempo por ter sido um homem eminentemente evangélico. Precisamos de formar nesta Escola homens evangélicos de inteligência e de coração, capazes de darem respostas evangélicas às interrogações que desafiam o homem de hoje.

- S. Francisco foi sensível ao Espírito e às suas santas inspirações, que moviam o seu tempo. É necessário também ensinar e aprender nesta Escola a fazer uma leitura evangélica dos Sinais dos tempos deste nosso mundo. É que os anseios de mais justiça, de mais paz e menos guerra, de mais responsabilidade e dignidade humana são «frutos do Espírito» que movimenta a nossa época!
- S. Francisco foi um profeta da vida que soube levantar a sua voz para calar a voz dos profetas da calamidade. É urgente formar nesta Escola de formação teológica e de educação da fé homens felizes, capazes de admirar e de cantar a vida como dom, não obstante as aflições e obscuridades da vida actual da humanidade.
- S. Francisco fez da fraternidade o centro do projecto da sua vida evangélica, no qual todos se devem sentir irmãos e serem fermento de fraternidade universal. Façamos nós também deste Instituto uma escola de fraternidade evangélica onde nos possamos entender, reconhecer, conviver e dialogar como irmãos; onde o «pão do Reino» e o pão da cultura, amassado pelo sacrifício monótono de quem ensina e pelo esforço doloroso de quem aprende, seja partilhado por todos.

JOAQUIM MONTEIRO

Professor do I. C. H. T.

NOTAS E COMENTÁRIOS

FILOSOFIA E TEOLOGIA

É de se ficar céptico, ou pelo menos perplexo, sobre o valor, sentido e futuro de certas «teologias» que por razões bíblicas, missionárias, sociológicas, ecuménicas ou outras, ostensivamente tentam ignorar a dimensão filosófica que, a meu ver, deveria estar presente, ainda que só com o peso que lhe é devido e tendo sempre em conta a dimensão catequética daqueles a quem é concretamente destinada a Mensagem.

De forma sintética, simples e breve, gostaria de chamar a atenção para o que foi ou não foi o papel da Filosofia na reflexão sobre a Fé.

1. Os gregos, não tendo acesso à Revelação judeo-cristã, aplicaram-se seriamente a fazer uma «teologia natural», tendo atingido o apogeu entre o século VI, com os Pré-Socráticos, e o século III, com os Académicos. As perguntas ou preocupações centravam-se em equacionar o papel da razão, do discurso filosófico, num Mundo e numa República, onde as pessoas não eram os únicos seres a ter em conta, lá onde se punha a questão dos deuses e de Deus. Tratava-se de decifrar se a questão era disjuntiva ou copulativa: os deuses *ou* Deus e ainda os deuses *e* Deus. E no meio destas interrogantes há que não esquecer os dois teóricos do ateísmo prático, Epicuro e Lucrecio.
Os monoteístas, como Platão e Aristóteles, apesar de terem chegado à conclusão de Deus — Motor imóvel — totalmente outro, diferente de tudo o resto, por razões culturais ou outras, não se desprenderam, afectivamente pelo menos, dos deuses do Panteão, apesar da certeza, filosoficamente fundada, que só UM era realmente Deus. E é bem conhecido o processo subtil como o grande Plotino, com o seu sentido místico, conseguiu ultrapassar a situação por uma nostálgica viagem de «regresso ao Princípio».
2. Com o cristianismo deu-se um passo qualitativo. É que Jesus Cristo é a revelação de Deus: revela o Ser de Deus: Pai, Filho e Espírito Santo em relações da vida inter-pessoal e o Projecto sobre a História humana. E a este nível ninguém chegara antes, mesmo sabendo nós que há continuidade com a Revelação feita a Abraão e a Moisés.
Desde então tudo o que fôra pressentido pelos filósofos e poetas, foi recificado, ampliado e os equívocos desfeitos. E desde então, pela acção do Espírito, o aprofundamento nunca mais parou.
3. Surgiu como necessidade, como exigência missionária, proclamar que o Deus revelado é o único e todos são convocados para constituir a Igreja. Mas convém não perder de vista que o Deus de Jesus Cristo é objectivamente o mesmo Deus que os pagãos descobriram, tateando às apalpadelas, à força dum exigente esforço de pensamento. Não há oposição entre o Deus dos Filósofos e o Deus de Jesus Cristo: aqueles pesquisaram pela força da razão e os crentes aceitam-No

enquanto apareceu no meio de nós e agora O acolhemos pela mediação do testemunho e pela força interior do Espírito. Na primeira fase foi descoberto como o Ser Absoluto e na segunda como Pai universal.

4. E de facto, ao longo dos séculos, foram-se construindo várias teologias, conforme as perspectivas assumidas e os pressupostos em que assentam.

A teologia é a acção reflectida do crente que aceita a Palavra e usa a inteligência para encontrar a coerência entre a Fé e a Razão, entre o vivido e os sinais dos tempos, a interpretar com discernimento.

O ideal será sempre de, dentro da Fé, ser maximamente rigoroso em aferir o que são domínios de Fé e o que é matéria de Filosofia, a fim de se conseguir a síntese necessária, conservando cada uma os seus objectos e métodos próprios com a devida autonomia.

Sínteses como as conseguidas por S. Tomás de Aquino, talvez não sejam mais possíveis. Pelo menos não podem ser obra dum só. E é bom ter consciência que nem nessa altura houve homogeneidade: aceite a Dogmática, houve divergências explicativas, devido a diferentes posições filosóficas. E nem sequer se pode dizer que eram complementares...

S. Tomás foi um caso à parte, dada a sua capacidade teológica e metafísica, além de ser um grande contemplativo. Foi acolhedor da Palavra numa atitude simultaneamente contemplativa e crítica, além da preocupação rigorosa no domínio metafísico. E conseguiu integrar harmonicamente Fé e Razão, não iludindo nenhum dos problemas emergentes. Depois, durante séculos, alguns o repetiram, outros o desprezaram, todavia pouco surgiu de verdadeiramente novo nos campos da reflexão teológica. Mas, diga-se de passagem, que os verdadeiros «tomistas», os fiéis às perspectivas e intencionalidade de S. Tomás, estiveram actuantes na renovação da Teologia do Vaticano II, v. g. Congar, Chenu, Schillebeckx, Tillard, De Lubac, Metz, etc.

Referiria que a Reforma surgiu num tempo em que se sofria de acentuada anemia teológica e filosófica e havia confusões entre o temporal e espiritual, distensões entre Mística e Teologia, entre Teologia e Filosofia e entre esta e as novas ciências emergentes, cada ciência afastando-se das outras num movimento centrífugo que nunca mais parou. Nicolau de Cusa, em pleno séc. XV, deu-se conta da questão, mas faltou-lhe fôlego para modificar ou clarificar a «desorientação». Um século depois, Giordano Bruno, fugoso, bem intencionado, mas com preparação deficiente, fez tentativas de síntese. Todavia resvalava para uma visão semi-panteísta. E foram Erasmo e Lutero que deram o tom à Reforma, aproveitando a renovação dos estudos bíblicos, mas com uma elaboração ecle-siológica truncada. E quer-me parecer que aos Reformadores em geral faltou um equipamento filosófico adequado, caindo em descrédito a razão especulativa e talvez o próprio racional e, por consequência, também a perspectiva sadia do «intellectus fidei».

Chegou-se à situação em que os Filósofos, Historiadores e Cientistas se sentem no direito e no dever de enunciarem a «verdade universal», cuja função, posteriormente, o próprio Estado assumiu. Basta relembra o que foram as «Luzes» da Enciclopédia, ampliadas na tentativa frustrada da síntese de Hegel. De qualquer modo, em reacção, dá-se o primado absoluto à «racionalidade filosófica», sem referências essenciais à Teologia, tanto Católica como Reformada.

Após a morte do genial Hegel em 1831, várias correntes se reclamavam de herdeiras do seu pensamento, embora com contradições evidentes. Seria longo referir as perspectivas de Marx, Kierkgard, Nietzsche, sobre a racionalidade, a interpretação da Natureza e da História. O que se tornou patente é que não foi possível uma síntese, suficientemente ampla e simultaneamente rigorosa, que integrasse uma visão do Mundo e da Pessoa, da Cultura e da História, em consonância com a perspectiva da Revelação judeo-cristã.

5. Já no século XIX, autores mais dedicados às ciências positivas do que à reflexão filosófica, pretenderam encontrar uma saída, uma visão global interpretativa. É que o «vazio» do idealismo hegeliano não satisfaz a necessidade do realismo dos cultores das ciências do «controlável». Mesmo Kant julgou que seriam as perspectivas de Newton que poderiam levar a uma integração global da realidade. E hoje, espíritos brilhantes não admitem que existam verdades metafísicas enunciadas pela razão especulativa. Pior ainda: grande parte dos que se reclamam de cientistas ficam ao nível da ciência ideológica, apenas para a práxis industrial e comercial. As razões profundas e últimas são escamoteadas. Quase tudo é comandado pelo fazer, pelo produzir e pelo prazer. E os sociólogos nem sabem o que pensar dos persistentes fenómenos de religião, de «fugas místicas», dos movimentos interrogantes sobre o que é a Vida e o que significa a Morte. Daí as «propostas» pouco satisfatórias de Morin e Ruyer como tentativas de resposta ao caos e ao vazio de sentido que atingiu certa cultura, mas onde pulsa a interrogação e a busca de resposta aos grandes problemas das Origens e do Fim.

De facto há movimentos de «instintiva» recusa do ateísmo sistemático. Todavia, as perspectivas abertas assemelham-se à dos pitagóricos, estóicos, epicuristas ou, quando muito, são arremedos da gnose. E a imagem de Deus é semelhante ao panteísmo naturalista da Renascença, ou então a Realidade aparece como um todo dotado de confuso pansiquismo, algo parecido com as perspectivas de Spinoza, com um Deus Cósmico, simultaneamente consciente e inconsciente.

Neste reaparecer do mundo mítico, com nítido interesse pelas ciências ocultas e adivinhação, é urgente que se trabalhe no sentido de encontrar as relações adequadas entre a Ciência, a Filosofia e a Fé, assumida em ciência teológica.

6. Mas por onde começar? Estas realidades não se devem dissociar totalmente. Mas se há algo prioritário, seria o problema da hermenêutica para se verificar até que ponto é correcta a reinterpretção da Revelação. Por outro lado há que avaliar objectivamente o papel da Filosofia na História e em que pé se encontra a Teologia, e mais especificamente a Eclesiologia, para fazer uma recta avaliação do papel do racional e do «irracional» na Vida do pensamento e vivência eclesial. No fundo, bem vistas as coisas, o problema básico é da Teologia que não deve ignorar a Filosofia, para encontrar pistas de respostas sobre a natureza humana e da inteligência, além de buscar uma coordenação adequada dos diferentes tipos do saber. Em última análise, pertence à Filosofia investigar sobre a questão do Ser, sobre a Antropologia filosófica, etc.

Mas não falta quem ingenuamente se desinteresse da ontologia, confiado apenas nos progressos da Exegese e de hermenêuticas a inventar...

Como consequência, põe-se a questão da linguagem e, especificamente, da linguagem religiosa, capaz de expressar correctamente a Fé católica. Isso implica não cedência à tentação dos modelos idealista, materialista, psicanalista, etc. Porque de contrário entrar-se-ia no puro subjectivismo, numa nova Babel. Mas isto fica para outra ocasião.

Fr. Bernardo Domingues, O. P.
Professor do I. C. H. T.

CRÓNICA

INAUGURAÇÃO DO ANO LECTIVO NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TEOLÓGICAS

O Instituto de Ciências Humanas e Teológicas inaugurou o seu sétimo ano de actividade, no dia 6 de Outubro de 1981, com a Assembleia Conjunta e uma solene Concelebração Eucarística.

A Assembleia Conjunta, prevista estatutariamente para o início e fim do ano lectivo, reúne os professores, alunos e funcionários sob a presidência do Director e visa promover, a nível de informação e de diálogo, o espírito comunitário e uma participação activa no ordenamento da vida do Instituto.

O Director começou por informar acerca das principais modificações introduzidas na vida escolar. Por decisão da Comissão Permanente, «com carácter de emergência e enquanto não houver outras decisões», será leccionado no I. C. H. T. um dos cursos do 12.º ano de escolaridade, o quarto da via do ensino, tendo como disciplina base Literatura Portuguesa e como disciplinas opcionais Latim e Grego, num total de 12 tempos, completados com algumas cadeiras do Ciclo Propedêutico para os restantes tempos disponíveis.

No quadro docente, dois professores tiveram de suspender a sua actividade, o Doutor António Monteiro, O. F. M. Cap., eleito Provincial da sua Ordem, e o Dr. Faustino Caldas Ferreira, C. SS. R., deslocado para Lisboa ao serviço da sua Congregação, mas em compensação o Dr. Mateus Peres, O. P., retomou as suas aulas, que havia interrompido quando nomeado Provincial, e o Dr. Carlos Alberto Moreira Azevedo, chegado da Universidade Gregoriana, ia começar a leccionar ao mesmo tempo que prepara a sua tese sobre iconografia cristã.

O Director exortou, por fim, todos os alunos a que se entregassem ao estudo com entusiasmo, desenvolvendo a criatividade e o espírito de investigação, em ordem a uma maior compreensão e vivência do mistério revelado, e evocou a propósito, o sistema da Universidade de Paris, nos tempos de S. Tomás, como exemplo de dinamismo activo e comunitário.

E para assinalar o «Ano de S. Francisco», inaugurado dois dias antes, comemorativo do octingentésimo aniversário do seu nascimento, e o propor como modelo na sua imitação de Cristo pobre, no seu sentido da fraternidade e no seu amor universal, o Dr. Joaquim Monteiro, O. F. M. Cap., fez uma conferência, subordinada ao tema «Itinerário espiritual de S. Francisco de Assis», que vem publicada neste número da Revista.

Em seguida, professores e alunos, separadamente, procederam às eleições para os diversos órgãos representativos, previstos no Estatuto Geral. Existe, com efeito, no I. C. H. T., como factor estrutural de dinamismo comunitário e forma institucionalizada de diálogo, um regime de corresponsabilidade que se vem revelando benéfico para a nossa vida comum.